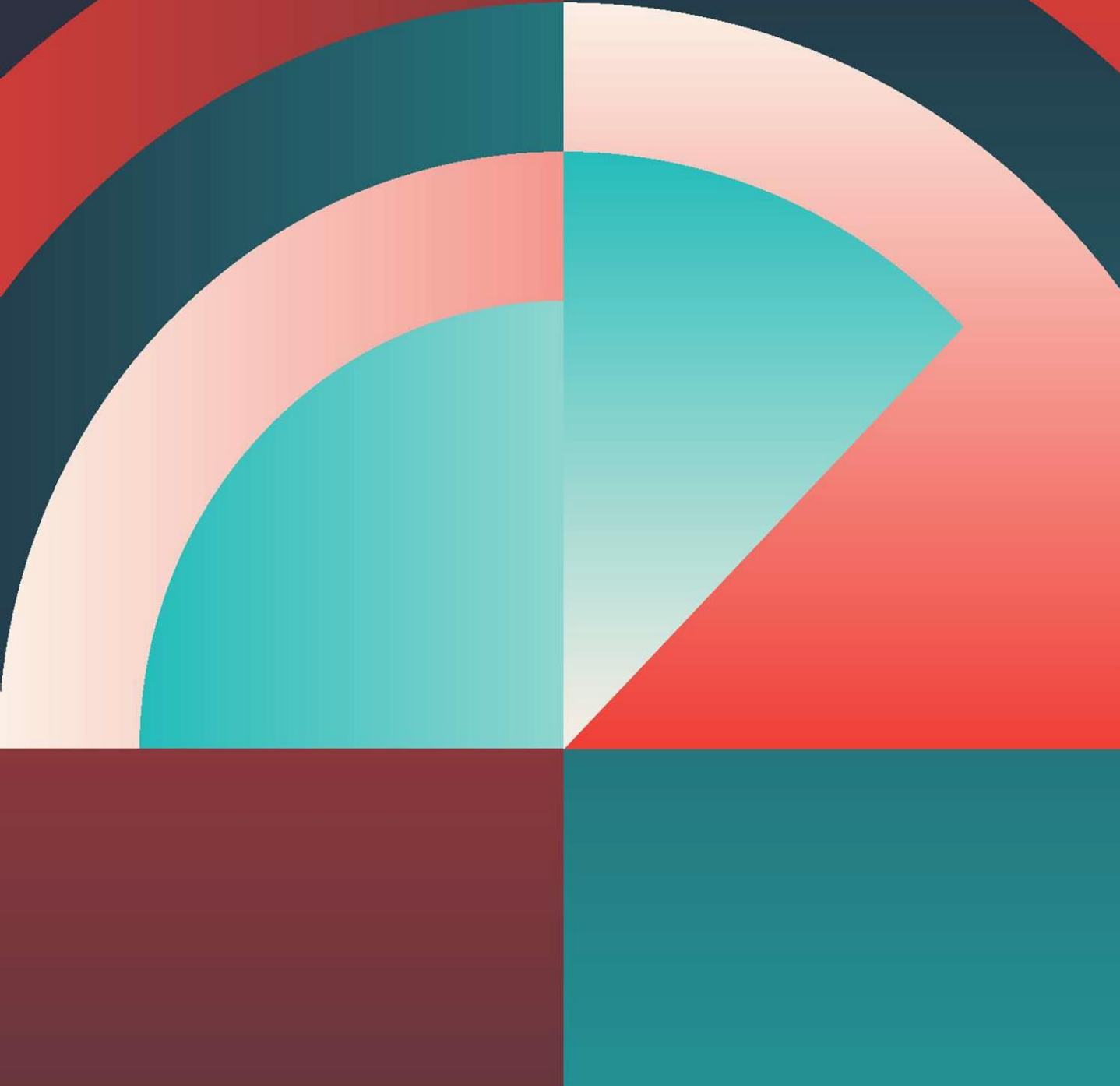




Relatório & Contas 2020

SGF
De poupança
sabemos nós

Índice

Factos Relevantes Ocorridos	3
Princípios Orientadores da SGF	4
Envolvente Macroeconómica	5
Desenvolvimento Comercial	10
Carteira sob gestão	12
Rendibilidades	14
Área Atuarial, Risco e Compliance	15
Resultados	17
Margem de solvência	18
Aplicação de Resultados	19
Perspetivas futuras	20
Considerações Finais	21
Conclusão/Agradecimentos	22

Relatório de Gestão do Exercício de 2020

Prezados Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias submetemos à aprovação da Assembleia-geral, o presente relatório, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Factos Relevantes Ocorridos

Em março, a população mundial viu-se confrontada com aquele que será certamente um dos factos mais marcantes do século XXI, a pandemia do Covid 19.

Devido às medidas de restrição social impostas nas principais economias, a recessão foi inevitável. A principal questão era a sua duração e magnitude.

O sentimento de pânico apoderou-se dos investidores e a volatilidade dos mercados financeiros atingiu níveis inauditos, com as principais bolsas mundiais a colapsarem e a economia global a registar uma acentuada desaceleração para níveis que não se viviam desde a II Guerra Mundial.

Volvidos dois meses, com o desconfinamento gradual da população, assistiu-se ao início da recuperação da economia, fruto das medidas implementadas pelos governos e bancos centrais a nível mundial.

Fatores como o teletrabalho, a impossibilidade de viajar, a redução do consumo de bens não essenciais, traduziram-se num aumento natural da poupança mensal dos investidores, tendo a SGF acompanhado este movimento de forma inequívoca, com um valor total de subscrições em 2020 de 12 milhões de euros.

Neste contexto de elevada volatilidade, mantivemos a nossa convicção de aposta na exposição ao mercado acionista, tendo sido decidido constituir um novo PPR, o PPR SGF Alfa - TOP Gestores, uma solução diferenciadora e única no mercado.

O resultado da estratégia da SGF refletiu-se nas posições alcançadas no ranking das rentabilidades da APFIPP, com quatro dos seus Fundos a liderar nas classes que integram, PPR SGF Stoik (1º), PPR SGF Poupança Dinâmica (2º), PPR SGF Alfa-Top Gestores (1º) e FPA SGF Reforma Stoik (2º).

Fruto do trabalho desenvolvido, a SGF registou um crescimento de 10% dos ativos geridos, com um aumento do volume sob gestão na ordem dos 8 milhões de euros e com uma captação de cerca de 800 novos clientes

Ao nível das linhas de negócio destacamos o excecional crescimento de 26% alcançado nos PPRs, num ano em que o mercado apenas registou 14%. Já nos Fundos de Pensões Abertos, a SGF cresceu 16%, em linha com o mercado.

No âmbito da estrutura acionista, o ano começou com o reforço da posição do acionista maioritário, Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, que aumentou o seu capital em 14,49% através da aquisição da totalidade das ações detidas pelo ex-acionista Groupama Assurances Muttuelles, passando a deter 71,30% do capital da SGF.

Numa situação tão difícil e exigente, é de assinalar que 2020 terminou como o melhor ano da última década da história da SGF, corroborando o ciclo de resultados positivos iniciado em 2019 e que é, estamos convictos, uma demonstração do que é possível obter quando se junta uma excelente equipa com uma estratégia de gestão altamente profissional e dedicada.

Princípios Orientadores da SGF

A missão que a SGF assume perante os seus participantes é a de obter a máxima rendibilidade para os fundos sob gestão, dentro do perfil e nível de risco, previamente escolhido pelo cliente.

Tem como princípios de gestão:

- Total independência – Ausência de conflitos de interesses;
- Gestão prudente;
- Rigor, transparência e segurança.

Envolvente Macroeconómica

Macroeconomia

No arranque de 2020, todas as estimativas de crescimento para os principais blocos económicos mundiais eram relativamente robustas, o que era justificável pela evolução positiva dos principais indicadores de atividade nos últimos meses de 2019. Prevvia-se um crescimento próximo de 2% nos EUA, dos 1% na Zona Euro e ligeiramente abaixo dos 6% na China, o que resultaria num crescimento económico a nível global de cerca de 3.3%. Contudo, o anúncio da chegada de um novo e altamente contagiante, coronavírus, rapidamente colocou em causa todas as previsões e ditou uma mudança de 180º graus nas perspetivas económicas, financeiras, políticas e até sociais para o ano de 2020!

Este novo coronavírus, cujos primeiros casos foram diagnosticados na China, obrigou o governo chinês a implementar rapidamente o isolamento total de várias cidades, entre as quais a cidade de Wuhan, a capital e maior cidade da província de Hubei com mais de 10 milhões de habitantes. Todavia, a rápida propagação do vírus levou o número de infetados a atingir os milhares de casos e várias centenas de mortes em escassas semanas por toda a China. A situação agravou-se, sendo que em fevereiro o vírus já tinha extravasado fronteiras atingindo outras geografias asiáticas e a Europa através da Itália! Rapidamente a propagação descontrolou-se levando muitos países europeus a imporem confinamentos e, portanto, a encerrar a atividade económica. Seguiram-se semanas de isolamento, com várias medidas de restrição social impostas nas principais economias ocidentais. Este cenário tornou uma recessão global inevitável. De acordo com os dados avançados pelo World Economic Outlook, a contração ter-se-á fixado nos -3.5%, -3.4% e - 7.2%, a nível global, nos EUA e na Zona Euro respetivamente. Estes valores tornam 2020 o pior ano, em termos de evolução do desempenho económico, desde a 2ª guerra mundial!

World Economic Outlook Projections

	Year over Year					
	Estimate		Projections		Difference from October 2020 WEO Projections 1/	
	2019	2020	2021	2022	2021	2022
World Output	2,8	-3,5	5,5	4,2	0,3	0,0
Advanced Economies	1,6	-4,9	4,3	3,1	0,4	0,2
United States	2,2	-3,4	5,1	2,5	2,0	-0,4
Euro Area	1,3	-7,2	4,2	3,6	-1,0	0,5
Germany	0,6	-5,4	3,5	3,1	-0,7	0,0
France	1,5	-9,0	5,5	4,1	-0,5	1,2
Italy	0,3	-9,2	3,0	3,6	-2,2	1,0
Spain	2,0	-11,1	5,9	4,7	-1,3	0,2
Japan	0,3	-5,1	3,1	2,4	0,8	0,7
United Kingdom	1,4	-10,0	4,5	5,0	-1,4	1,8
Canada	1,9	-5,5	3,6	4,1	-1,6	0,7
Other Advanced Economies 3/	1,8	-2,5	3,6	3,1	0,0	0,0
Emerging Market and Developing Economies	3,6	-2,4	6,3	5,0	0,3	-0,1
Emerging and Developing Asia	5,4	-1,1	8,3	5,9	0,3	-0,4
China	6,0	2,3	8,1	5,6	-0,1	-0,2
India 4/	4,2	-8,0	11,5	6,8	2,7	-1,2
ASEAN-5 5/	4,9	-3,7	5,2	6,0	-1,0	0,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Update, janeiro 2021

OECD Economic Outlook Projections

Real GDP growth							
%, year-on-year, colours indicate the direction of revisions since the December 2020 Economic Outlook							
	2020	2021	2022		2020	2021	2022
World	-3,4	5,6	4,0	G20	-3,2	6,2	4,1
Australia	-2,5	4,5	3,1	Argentina	-10,5	4,6	2,1
Canada	-5,4	4,7	4,0	Brazil	-4,4	3,7	2,7
Euro area	-6,8	3,9	3,8	China	2,3	7,8	4,9
Germany	-5,3	3,0	3,7	India*	-7,4	12,6	5,4
France	-8,2	5,9	3,8	Indonesia	-2,1	4,9	5,4
Italy	-8,9	4,1	4,0	Mexico	-8,5	4,5	3,0
Spain	-11,0	5,7	4,8	Russia	-3,6	2,7	2,6
Japan	-4,8	2,7	1,8	Saudi Arabia	-4,0	2,6	3,9
Korea	-1,0	3,3	3,1	South Africa	-7,2	3,0	2,0
United Kingdom	-9,9	5,1	4,7	Turkey	1,8	5,9	3,0
United States	-3,5	6,5	4,0				

Fonte: OECD (2021), OECD Interim Economic Outlook, March 2021, OECD Publishing

	downward revision, by 0.3pp or more
	no change or smaller than 0.3pp
	upward revision, by 0.3pp or more

Bancos Centrais

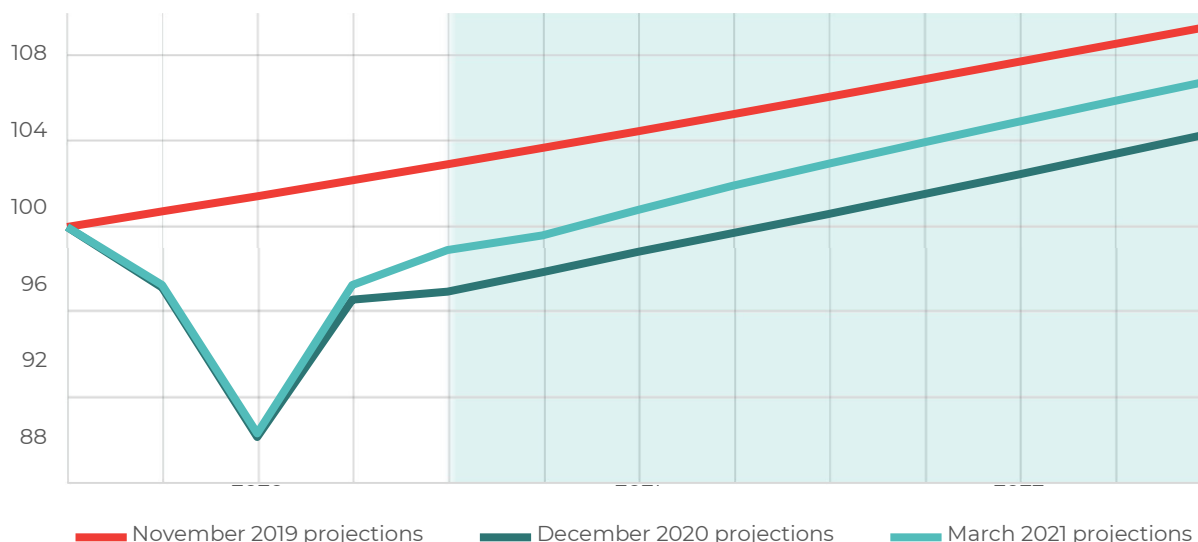
O contexto económico, extremamente negativo, forçou a uma intervenção massiva dos principais bancos centrais ao longo de 2020. Para fazer face aos riscos resultantes da pandemia, que poderiam ocorrer no mecanismo de transmissão da política monetária e nas perspetivas económicas da zona euro, o Banco Central Europeu, mantendo as taxas de juro em níveis negativos, implementou um novo programa de compra de títulos de dívida, o Programa de Compras de Emergência Pandémica (Pandemic Emergency Purchase Programme - PEPP). Este programa começou com um “envelope” financeiro de 750 mil milhões de euros, mas este valor teve de ser incrementado ao longo do ano e a sua extensão temporal teve de ser igualmente dilatada, terminando nos 1 850 mil milhões de euros de compromisso de compras até março de 2022. O BCE manteve também (e em alguns casos flexibilizou a sua composição) todos os restantes programas de compras de ativos que já se encontravam em vigor com o objetivo de fazer face à crise económica e promover a liquidez e estabilidade nos mercados.

A Reserva Federal Norte-Americana também respondeu de forma veemente aos impactos da pandemia. A FED para além de implementar vários programas de ajuda ao sistema financeiro, facilitando liquidez e as condições de crédito, cortou várias vezes a sua taxa de juro de referência, que passou do intervalo de 1.25% - 1.00% no início de março (e com a perspetiva de subida ao longo de 2020) para o intervalo atual de 0% - 0.25%!

Todos os bancos centrais das principais economias mundiais, com destaque para o Banco Central de Inglaterra (BoE), Banco do Japão (BoJ), o Banco Central do Canadá, o Norges Bank (Noruega) e o Reserve Bank of Australia, acompanharam este movimento de implementação de políticas monetárias ultraexpansionistas e implementaram planos de compras de títulos (programas de “quantitative easing”) e outras medidas de apoio aos seus respetivos sistemas financeiros. A ação

dos bancos centrais foi decisiva na mitigação da crise em 2020, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação que se espera acelerará na 2ª metade de 2021.

Global Economic Prospects Have Improved



Fonte: OECD (2021), OECD Interim Economic Outlook, March 2021, OECD Publishing

A Economia Portuguesa

A pandemia Covid-19 afetou, também, de forma profunda a atividade económica em Portugal. As medidas de isolamento social implementadas determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano de 2020. Com a atividade económica condicionada, a recessão foi especialmente gravosa, tendo o nosso PIB registado uma contração de -8.1%. Foram implementadas várias medidas extraordinárias de apoio à economia e ao emprego, como o regime simplificado do lay-off ou a concessão de moratórias de crédito. Contudo, esta crise acabou por expor de forma clara os desequilíbrios da nossa economia e a nossa excessiva dependência ao setor do turismo, um dos mais afetados pela pandemia, impactando igualmente o mercado de trabalho. A taxa de desemprego fixou-se nos 7.2%, e ao contrário do que é expectável em várias economias, e em especial na Zona Euro, o desemprego deverá continuar a crescer em 2021.

Projeções Do Banco De Portugal: 2020-23

	Pesos 2019	BE DEZEMBRO 2020					BE OUT 2020	BE JUNHO 2020		
		2019	2020	2021	2022	2023	2020	2020	2021	2022
Produto Interno Bruto	100	2,2	-8,1	3,9	4,5	2,4	-8,1	-9,5	5,2	3,8
Consumo privado	63,9	2,4	-6,8	3,9	3,3	1,9	-6,2	-8,9	7,7	3,0
Consumo público	16,9	0,7	0,4	4,9	0,4	0,7	1,2	0,6	0,7	0,8
Formação bruta de capital fixo	18,2	5,4	-2,8	4,4	5,2	2,0	-4,7	-11,1	5,0	4,5
Procura interna	99,8	2,7	-5,6	3,9	3,1	1,8	-5,0	-8,2	6,0	2,9
Exportações	43,5	3,5	-20,1	9,2	12,9	6,7	-19,5	-25,3	11,5	11,2
Importações	43,3	4,7	-14,4	8,8	9,1	5,1	-12,4	-22,4	13,5	8,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp) (a)										
Procura interna		1,5	-2,6	2,6	1,5	0,8	-2,6	-3,2	3,3	1,4
Exportações de bens		0,2	-0,7	1,5	0,4	0,3	-0,9	-0,9	0,9	0,4
Exportações de serviços		0,5	-4,8	-0,2	2,6	1,3	-4,6	-5,3	1,0	2,0
Emprego (número de indivíduos)		0,8	-2,3	0,0	1,3	0,9	-2,8	-4,5	2,0	1,5
Emprego (horas trabalhadas)		1,2	-10,8	7,3	2,9	0,9	-10,8	-7,6	5,4	1,5
Taxa de desemprego		6,5	7,2	8,8	8,1	7,4	7,5	10,1	8,9	7,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,9	-0,6	0,5	2,3	2,7	-0,6	0,3	0,3	0,3
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,4	-1,6	-1,9	-0,5	0,1	-1,9	-0,5	-1,3	-0,5
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,3	-0,2	0,3	0,9	1,1	0,0	0,1	0,8	1,1
Bens energéticos		-1,7	-5,3	-2,0	0,9	0,5	-4,9	-5,7	1,4	2,4
Excluindo bens energéticos		0,5	0,3	0,6	0,9	1,1	0,4	0,7	0,8	1,0

Fonte: Banco de Portugal (2020), Boletim Económico Dezembro 2020

Assim, a recessão que a economia portuguesa atravessou em 2020 foi a pior desde 1936 (e muito pior do que a crise de 1975 ou de 2012), quando Portugal foi duramente impactado pela Guerra Civil espanhola e consequente derrocada da economia do nosso principal parceiro económico.

Evolução dos Mercados Financeiros em 2020

Em relação aos mercados, podemos caracterizar o ano de 2020 numa frase como “um ano de extremos”. Neste contexto, o sentimento de pânico apoderou-se dos investidores nas últimas sessões de fevereiro e nas primeiras semanas de março e a volatilidade nas bolsas atingiu níveis inauditos. O mês de março foi o mais volátil de sempre na bolsa de Nova Iorque com o SP&500 a registar uma variação média diária de 4.8%, e com variações intra sessão de dois dígitos (amplitudes superiores a 10% entre mínimo e máximo da sessão) em várias sessões! Não foi só a

volatilidade a assumir níveis extremos, a velocidade da queda do mercado também constituiu um marco histórico com SP&500 a corrigir cerca de 35% em pouco mais de 20 sessões de bolsa e tivemos também a pior semana para os mercados financeiros desde a semana do crash da Black Monday de 1987. Mas, se a queda teve uma violência inédita, igualmente ímpar, do ponto vista histórico, foi a recuperação! Impulsionados pela atuação concertada das autoridades monetárias e políticas (com estímulos fiscais) os principais índices mundiais (os índices norte-americanos) registaram a recuperação mais rápida da história: foram apenas necessário cerca de 100 dias de bolsa para o S&P500 eliminar totalmente as perdas de fevereiro/março! No entanto, nem todas as geografias tiveram a mesma evolução em 2020. O ano fica também marcado por uma forte dispersão do ponto de vista do desempenho dos principais índices de referência dos grandes blocos económicos, com a Europa claramente a ficar para trás e um claro avanço dos índices norte-americanos e asiáticos. Essa dispersão foi ainda mais acentuada ao nível setorial com a tecnologia a liderar os ganhos e o setor da energia a liderar as perdas. Estabeleceu-se também um novo marco histórico na diferença de desempenho num ano entre o melhor e pior setor do SP&500. Em resumo, apesar de todos estes extremos e contrariedades, o ano de 2020 acabou, surpreendentemente, por ser positivo (embora com ganhos relativamente modestos) para a generalidade dos investidores que se mantiveram fiéis às suas convicções e posicionamento.

O avanço nas campanhas de vacinação e a enorme dimensão de programas de estímulos que se encontram em marcha neste arranque de 2021 deixa-nos a expectativa de que 2021 será um ano de forte recuperação económica e que “em breve” será possível o regresso à “normalidade” a todos os níveis, e que abre perspectivas para o continuar do bom desempenho das bolsas, principalmente alicerçado nas empresas dos setores mais cíclicos!

Rentabilidades 2020

Classe de Ativos	Sub-Classe	EUR	Moeda local
Obrigações	Euro Treasury	4,72%	4,72%
	Euro Corporate	2,60%	2,60%
	Euro HY	1,29%	1,29%
	EM Local	-5,34%	-5,34%
Ações	MSCI World	11,49%	15,78%
	MSCI EM	8,16%	18,14%
	S&P 500	14,81%	18,37%
	EuroStoxx 600	-3,06%	-3,06%
	Nikkei 225	8,97%	18,28%
Commodities	Commodities CRB	-18,12%	-10,64%
Alternativos	Hedge Funds	3,00%	6,81%
USD/EUR	USD/EUR €	-8,22%	

Desenvolvimento Comercial

O principal objetivo da SGF para 2020 era consolidar a inversão conseguida em 2019 do ciclo de resultados negativos que haviam marcado a última década da história da SGF.

Em termos comerciais pretendia-se manter a evolução positiva dos volumes sob gestão, tendo a equipa da SGF se deparado com um enorme desafio, quando em março eclodiu uma crise de saúde mundial, o Covid 19, que obrigou os governos dos vários países a decretar o Estado de Emergência e o confinamento geral da população.

Num momento em que todas as atenções estavam viradas para a resolução do problema de saúde mundial que enfrentávamos, a Poupança ganhou um peso importante e decisivo.

É neste contexto, que o PPR surge como um dos instrumentos financeiros de Poupança mais apreciados pelos investidores, dado o seu potencial de rentabilidade e a indiscutível eficiência fiscal que proporcionam.

Neste âmbito, e em linha com a convicção da SGF, de que o potencial de retorno mais elevado se encontra na classe acionista, constituímos no final de maio um novo Fundo PPR, o **PPR SGF Alfa - Top Gestores** que privilegia a exposição aos mercados de ações globais, selecionando apenas gestores ativos com longo *track record*, que se distinguem em termos do binómio risco/ retorno e na consistência de resultados.

Os resultados obtidos, em pouco mais de 6 meses, são demonstrativos do sucesso desta aposta, com um volume sob gestão no final do exercício de cerca de 4 milhões de euros, num total de 153 clientes.

Os PPRs assumiram, pela primeira vez, a solução com o maior peso na carteira da SGF, representando cerca de 41% da mesma, fruto de um crescimento na ordem dos 26%.

Do ponto de vista das soluções empresariais, deparámo-nos com uma alteração do paradigma das empresas, tendo a concretização de planos de *Employee Benefits* sido adiada reflexo da redefinição das suas prioridades.

Das reuniões realizadas cinco novas empresas optaram por constituir planos de poupança individuais para os seus colaboradores e foram constituídas quatro adesões coletivas.

Congratulamo-nos, uma vez mais, pelo convite a participar em dois concursos de Grupos de renome, para seleção de entidade gestora dos seus Fundos de Pensões, reafirmando a notoriedade e prestígio da SGF.

Ainda no âmbito institucional, a expectativa é de retoma da dinâmica deste segmento já no ano de 2021, revisitando os projetos *on going*.

Conseguimos em 2020 desenvolver o segmento de negócio das mais-valias imobiliárias com a concretização de três contratos de adesão individual, perspetivando-se um aumento substancial na procura deste benefício.

Seguros de que a dinamização da atividade comercial, por força das parcerias estabelecidas com importantes *players* do mercado da mediação, corretagem e setor bancário se afigura como promissora, acreditamos que 2021 reforçará a tendência de crescimento dos últimos dois anos.

O processo de desenvolvimento digital, integrado na aposta do *up grade* dos sistemas informáticos, será determinante para posicionar a SGF como a Sociedade Gestora de Fundos de Pensões de referência.

Um início de ano desafiante, com um primeiro trimestre totalmente atípico que, contrariamente ao habitual, manteve o forte dinamismo de dezembro, é certamente sinal de que a Poupança será uma das tendências de 2021!

Carteira sob gestão

Apresenta-se de seguida a evolução, nos últimos 3 anos, da carteira gerida pela SGF.

Unidade: milhares de euros					
PPRs	2018	2019	2020	Variação 2019/2020	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
Poupança Garantida	4 699	7 429	8 029	600	8%
Poupança Conservadora	9 363	9 801	8 866	-935	-10%
Poupança Equilibrada	3 535	4 562	4 843	281	6%
Poupança Ativa	1 765	2 047	2 960	912	45%
Poupança Dinâmica	1 584	2 918	3 178	260	9%
PPR Stoik	1 648	1 497	3 642	2 145	143%
PPR MDS Equilíbrio	111	183	329	146	80%
PPR Alfa	N.A.	N.A.	3 946*	3 946	N.A.
TOTAL	22 705	28 437	35 791	7 355	26%

* Fundo constituído a 25.05.2020

Unidade: milhares de euros					
Fundos de Pensões Abertos	2018	2019	2020	Variação 2019/2020	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
Reforma Garantida	N.A.	832**	2 542	1710	205%
Reforma Conservadora	6 074	6 460	5 915	-545	-8%
Reforma Equilibrada	3 681	3 931	4 140	209	5%
Reforma Stoik	702	947	1 879	931	98%
Square Ações	2 328	2 597	2 598	1	0,05%
TOTAL	12 786	14 767	17 074	2 306	16%

** Fundo constituído a 30.04.2019

Unidade: milhares de euros					
Fundos de Pensões Fechados	2018	2019	2020	Variação 2019/2020	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
CHAMUSCA	610	632	620	-12	-2%
CIN	5 999	6 515	6 745	230	4%
ECM	1 294	1 268	1 259	-9	-1%
EUROSPUMA	2 675	2 717	2 565	-152	-6%
OREY	1 081	958	888	-71	-7%
SCML	8 435	9 044	7 907	-1 137	-13%
SNQTB	5 050	5 220	5 167	-53	-1%
SOLVAY	7 380	7 867	7 716	-151	-2%
UNA	2 086	2 174	2 033	-141	-6%
TOTAL	34 611	36 395	34 899	-1 496	-4%

Unidade: milhares de euros					
Resumo	2018	2019	2020	Variação 2019/2020	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
PPRs	22 705	28 437	35 791	7 355	26%
Fundos Abertos	12 786	14 767	17 074	2 306	16%
Fundos Fechados	34 611	36 395	34 899	-1 496	-4%
TOTAL	70 102	79 599	87 763	8 165	10%

Rendibilidades

PPRs	2018	2019	2020	Últimos 3 Anos (Média)
Poupança Garantida	-4,08%	2,07%	-1,69%	-1,23%
Poupança Conservadora	-4,91%	3,69%	-0,09%	-0,44%
Poupança Equilibrada	-6,07%	5,26%	0,74%	-0,02%
Poupança Ativa	-8,52%	8,69%	1,47%	0,55%
Poupança Dinâmica	-8,70%	10,85%	5,31%	2,49%
PPR Stoik	-4,72%	12,65%	6,09%	4,67%
PPR MDS Equilíbrio	-7,15%	6,42%	-1,74%	-0,82%
PPR Alfa	N.A.	N.A.	8,11%*	N.A.

* Fundo constituído a 25.05.2020

Fundos de Pensões Abertos	2018	2019	2020	Últimos 3 Anos (Média)
Reforma Garantida	N.A.	-0,06%**	-1,14%	N.A.
Reforma Conservadora	-4,89%	4,88%	-0,71%	-0,24%
Reforma Equilibrada	-5,95%	6,92%	0,08%	0,35%
Reforma Stoik	-3,75%	18,50%	4,98%	6,58%
Square Ações	-2,52%	8,81%	-6,89%	-0,20%

** Fundo constituído a 30.04.2019

Área Atuarial, Risco e Compliance

No que respeita ao enquadramento regulamentar da atividade da SGF salientamos a publicação e entrada em vigor de:

- Novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, aprovado pela Lei n.º 27/2020 de 2 de julho;
- Regime extraordinário de reembolso de planos de poupança sem penalização, Lei n.º 7/2020 de 10 de abril, alterada pela Lei n.º 18/2020 de 29 maio e Lei 27-A/2020 de 24 de julho alterada pela Lei 75-B/2020 de 31 de dezembro;
- Transposição da Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, alterando diversas leis;
- Norma Regulamentar da ASF n.º 7/2020-R, que define os termos e as condições em que operações que envolvam um potencial conflito de interesses, incluindo em matéria de contribuições em espécie para fundos de pensões, podem ser realizadas;
- Norma Regulamentar da ASF n.º 11/2020-R sobre prestação de informação para efeitos de supervisão à ASF por sociedades gestoras de fundos de pensões;
- Norma Regulamentar da ASF n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, que concretiza um conjunto de deveres decorrentes do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros ("RJDS"), aprovado em anexo à Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro.

O valor dos fundos de pensões sob gestão em Portugal em dezembro de 2020 registou um crescimento de apenas 3% em relação ao final de 2019, atingindo cerca de 22,5 mil milhões de euros, segundo dados publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Ao nível do ranking das sociedades gestoras de fundos de pensões a SGF termina o ano na 10.ª posição, sem alteração. Continua a verificar-se uma forte concentração dos Fundos de Pensões nas 7 principais gestoras, que continuam a representar mais de 95% do total dos fundos geridos, sendo que uma grande parte desses fundos de pensões pertence aos respetivos grupos financeiros.

Em 2020 verificámos não haver alteração na disponibilidade dos nossos Associados para o normal cumprimento dos planos de financiamento das responsabilidades inerentes aos respetivos Fundos de Pensões. Os ganhos atuariais verificados em alguns Planos de Pensões permitiram adoção de parâmetros mais conservadores nas avaliações atuariais, respetivas, reduzindo dessa forma do risco específico desses planos.

Não houve alterações nas pessoas responsáveis pelas funções chave da empresa, tendo sido criada a função autónoma de reclamações.

Continua o investimento no desenvolvimento digital da empresa.

Em virtude da pandemia, parte da equipa desenvolveu a sua atividade via teletrabalho, não sendo registados quaisquer incumprimentos durante esse período, garantindo-se integralmente as obrigações legais da SGF.

Resultados

Resultados em euros (€)	2020	2019	Variação
Serviços prestados	868.883,51	754 737,03	114.146,48
Fornecimentos e serviços externos	(408.098,56)	(338 711,60)	(69.386,96)
Gastos com o pessoal	(304.319,89)	(309 114,09)	4.794,20
Provisões (aumentos/reduções)	(38.636,52)	(19 359,21)	(19.277,31)
Aumentos/ reduções de justo valor	1.942,22	8 063,95	(6.121,73)
Outros rendimentos e ganhos	5.394,80	4.482,08	912,72
Outros gastos e perdas	(64.645,03)	(63.672,65)	(972,38)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(9.388,60)	(13.113,87)	3.725,27
Resultado operacional	51.131,93	23.311,64	27.820,29
Resultados antes de impostos	51.131,93	23.311,64	27.820,29
Imposto sobre o rendimento do período	(4.915,92)	(5.796,12)	880,20
Resultado líquido do período	46.216,01	17.515,52	28.700,49

Para a melhoria dos resultados, contribuíram principalmente a diminuição dos gastos com o pessoal e o aumento dos serviços prestados, nomeadamente as comissões de gestão.

As rubricas que contribuíram positivamente para a variação dos resultados foram:

- aumento das comissões de gestão;
- diminuição dos gastos com o pessoal;
- aumento de outros rendimentos e ganhos
- diminuição dos gastos de depreciação e amortização.

As rubricas que contribuíram negativamente para a variação dos resultados foram:

- aumento dos fornecimentos e serviços externos;
- aumento da provisão do PPR SGF Poupança Garantida;
- diminuição do justo valor da carteira própria;
- aumento de outros gastos e perdas;

Margem de solvência

	2020	2019	Variação
Margem a Constituir	800 000,00	800 000,00	-
Elementos de Cobertura	996 805,84	950 393,46	46 412,38
Excedente de Cobertura	196 805,84	150 393,46	46 412,38
Taxa de Cobertura	124,60%	118,80%	5,80%

A SGF continua a apresentar elementos de cobertura acima da margem mínima exigida pela Entidade de Supervisão, tendo-se verificado um incremento do excedente em consequência do Resultado Líquido positivo do exercício.

A SGF mantém, assim, o ciclo de resultados positivos, iniciado em 2019, apresentando um resultado de €46.216,01. Assiste-se a um reforço da Margem de Solvência para uma taxa de cobertura de 124,60% (face aos 118,80% registados em 2019 e aos 91,67% em 2018) fruto da recuperação de €46.216,01 no capital próprio da sociedade, que representa agora cerca de 49,85% do capital subscrito. Não obstante esta situação, é convicção da Administração que os resultados dos próximos exercícios, por si só, permitirão a sua resolução, sem recurso à adoção de qualquer das medidas excecionais previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No entanto, salienta-se que em Assembleia Geral realizada em 12 de dezembro de 2018, os acionistas deliberaram um aumento de capital que pode ascender até €500.000, dos quais apenas foi subscrito e realizado o valor de €200.000.

Aplicação de Resultados

Atendendo ao facto do resultado líquido ser positivo, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados:

- Para Reservas Legais: €2.310,80 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo credor de 101.714,46 euros.
- Para Resultados Transitados: €43.905,21 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo devedor de 1.120.613,32 euros.

Perspetivas futuras

A SGF encara o futuro com otimismo e sentido de responsabilidade, colocando os objetivos dos seus Clientes no centro da sua atividade.

Ao longo de 2020, juntamente com a Golden Wealth Management ultrapassou as ameaças resultantes do impacto Covid-19, estando neste novo ciclo de 2021, focados nas oportunidades pós-Covid, convictos nos riscos do presente, mas determinados na nova realidade pós pandemia.

A importância da poupança ganhou uma nova dimensão, em todas os segmentos e em todas as idades, assumindo a SGF a responsabilidade, de continuar a fazer melhor, através a sua independência e ausência de conflito de interesses, capitalizando a sua longa experiência e especialização.

De poupança sabemos nós!

Considerações Finais

Após o fim do exercício, foi aprovado pela ASF – Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões, o pedido de registo dos novos órgãos sociais para o mandato 2020/2023, os quais iniciaram funções após essa aprovação e que são os seguintes:

Conselho de Administração – António José Nunes da Silva (Presidente), Sérgio Paulo Coelho Ruivinho (Administrador executivo), Nuno Filipe Baptista Campos Cardoso Basílio (Administrador executivo), João Carlos de Magalhães Correia de Matos, Rita Maria Correia de Araújo Maggiorani Appleton, Rui Miguel Faria Martins, João Maria Azevedo de Quintanilha e Mendonça.

Conselho Fiscal - Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel (Presidente), André Filipe Oliveira de Miranda, Raul José Rosa.

Revisor Oficial de Contas - Allinial Global cujo membro em Portugal (www.lmd.allinial.pt) é Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda., representada por João Alexandre Gomes Veiga.

Além do referido anteriormente, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade

Conclusão/Agradecimentos

O Conselho de Administração da SGF vem expressar os seus sinceros agradecimentos:

- Aos clientes pela confiança que mantêm no seu gestor de poupança e reforma;
- Aos parceiros de negócio pela colaboração prestada no presente exercício;
- Aos membros da Mesa da Assembleia-geral pelo apoio e solidariedade institucional sempre demonstrada;
- Ao Conselho Fiscal pelo inestimável apoio prestado e pela confiança demonstrada;
- À ASF e à APFIPP pelo apoio e pelo excelente relacionamento institucional existente;
- Aos nossos Auditores pelo apoio e confiança demonstrados;
- Aos fornecedores e aos prestadores de serviços externos;
- A todos os nossos colaboradores atuais e também aos que deixaram a empresa em 2020, pelo empenho e dedicação.

O nosso último agradecimento vai para os Senhores Acionistas pela confiança demonstrada na equipa SGF, a qual tem permitido que mantenhamos a estabilidade necessária e indispensável à prossecução dos objetivos da empresa.

Lisboa, 30 de abril de 2021

O Conselho de Administração

António Nunes da Silva

Presidente

Sérgio Ruivinho

Nuno Basílio

João Matos

Rita Appleton

João Quintanilha

Rui Martins

Administradores

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Em conformidade com a Norma Regulamentar N.º 5/2010 da ASF e com a circular N.º 6/2010 da ASF

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. obedece aos seguintes princípios:

- 1) As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas pelo Conselho de Administração, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
- 2) A remuneração dos membros do órgão de administração obedece aos seguintes princípios:
 - a) Apenas têm direito a remuneração a Administração Executiva da Sociedade;
 - b) A remuneração da Administração Executiva é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - c) No termo das suas funções a Administração Executiva tem o direito de receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções;
 - d) A SGF procedeu durante o ano de 2020 ao pagamento de uma indemnização;
 - e) Não existe qualquer disposição contratual ou outra relativa a compensações a pagar por destituição sem justa causa de administradores.
- 3) A remuneração do Conselho Fiscal é auferida por senhas de presença em função das reuniões assistidas.
- 4) A remuneração dos colaboradores da SGF é regulada pela Lei Geral do Trabalho e obedece aos seguintes princípios:
 - a) A remuneração dos colaboradores tem apenas uma componente fixa paga mensalmente e em dobro nos meses de junho e novembro correspondente aos subsídios de férias e natal;
 - b) A remuneração dos colaboradores é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - c) Os colaboradores ao serviço da SGF têm direito a um plano de pensões de contribuição definida que visa assegurar o pagamento, em caso de reforma por velhice, reforma por invalidez ou morte, de prestações complementares ao regime de segurança social. Este plano de pensões prevê ainda a atribuição de 100% de direitos adquiridos sobre o valor acumulado à data em caso de cessação do contrato de trabalho;
 - d) Não existem colaboradores que cumulativamente tenham acesso regular a informação privilegiada, participem nas deliberações sobre gestão e estratégia negocial da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e desenvolvam uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da instituição.

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo e que efetuaram as transações durante o exercício de 2020 que a seguir se discriminam:

Nome da sociedade, do titular e participação detida	Relação acionista	Aquisição 2020	Alienação 2020
Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)	Baobá é acionista (10%) da Golden Actives-SGPS, S.A.	0	0

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020

Índice das Demonstrações Financeiras

Balanço	26
Demonstração dos Resultados	27
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	28
Demonstração dos Fluxos de Caixa	29
ANEXOS	30
1. Introdução	31
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	31
3. Principais políticas contabilísticas	32
3.1. Bases de apresentação	32
3.2. Outros instrumentos financeiros	32
3.3. Ativos fixos tangíveis	33
3.4. Ativos intangíveis	33
3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis	34
3.6. Imposto sobre o rendimento	34
3.7. Clientes e outros créditos a receber	35
3.8. Provisões	35
3.9. Rédito	36
3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	36
3.11. Acontecimentos subsequentes	37
4. Fluxos de caixa	37
5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros	38
6. Partes relacionadas	38
6.1. Relacionamentos com empresas-mãe	38
6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização	38
6.3. Transações entre partes relacionadas	39
7. Ativo fixo tangível	39
8. Ativo intangível	40
9. Ativos financeiros detidos para negociação	41
10. Outros ativos financeiros	41
11. Imposto sobre o rendimento	42
12. Clientes	43
13. Outros créditos a receber	43
14. Diferimentos ativos	44
15. Capital subscrito	44
16. Reservas legais	45
17. Outras reservas	45
18. Resultados transitados	45
19. Provisões e Passivos Contingentes	45
20. Fornecedores	46
21. Estado e outros entes públicos	46
22. Outras dívidas a pagar	46
23. Rédito	47
24. Fornecimentos e serviços externos	47
25. Gastos com o pessoal	48
26. Aumentos/reduções de justo valor	48
27. Outros Rendimentos	49
28. Outros gastos	49
29. Gestão dos riscos financeiros	49
30. Informações exigidas por diplomas legais	50
31. Compromissos e contingências	50
32. Eventos Subsequentes	50

Balanço

	Nota	2020	2019
Ativo			
Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	7	24.172,66	27 130,61
Ativos Intangíveis	8	261,89	458,26
Outros Ativos Financeiros	10	5.542,07	4 531,94
Total Ativo Não Corrente		29.976,62	32 120,81
Corrente			
Clientes	12	144.815,36	119 233,07
Estado e Outros Entes Públicos	21	12.188,72	7 418,97
Outros Créditos a Receber	13	29.954,97	28 429,40
Diferimentos	14	40.989,97	57 428,41
Ativos Financeiros Detidos Para Negociação	9	220.063,01	144 768,50
Outros Ativos Financeiros	10	1.192,27	1 707,33
Caixa e Depósitos Bancários	4	1.182.933,26	1 313 846,04
Total Ativo Corrente		1.632.137,56	1 672 831,72
Total do Ativo		1.662.114,18	1 704 952,53
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	15	2.000.000,00	2 000 000,00
Reservas Legais	16	99.403,66	99 403,66
Outras Reservas	17	15.966,59	15 966,59
Resultados Transitados	18	(1.164.518,53)	(1 182 034,05)
		950.851,72	933 336,20
Resultado Líquido do Período		46.216,01	17 515,52
Total do Capital Próprio		997.067,73	950 851,72
Passivo			
Não Corrente			
Provisões	19	51.771,78	48 112,16
		51.771,78	48 112,16
Corrente			
Fornecedores	20	9.195,47	16 095,46
Estado e Outros Entes Públicos	21	19.489,79	20 660,90
Outras Dívidas a Pagar	22	582.852,51	666 548,08
Diferimentos		1.736,90	2 684,21
		613.274,67	705 988,65
Total do Passivo		665.046,45	754 100,81
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.662.114,18	1 704 952,53

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração dos Resultados

	Nota	2020	2019
Vendas e Serviços Prestados	23	868.883,51	754 737,03
Fornecimentos e Serviços Externos	24	(408.098,56)	(338 711,60)
Gastos com o Pessoal	25	(304.319,89)	(309 114,09)
Provisões (aumentos/reduções)	19	(38.636,52)	(19 359,21)
Aumentos/ Reduções de Justo Valor	26	1.942,22	8 063,95
Outros Rendimentos	27	5.394,80	4 482,08
Outros Gastos	28	(64.645,03)	(63 672,65)
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		60.520,53	36 425,51
Gastos/ Reversões de Depreciação e de Amortização	7/8	(9.388,60)	(13 113,87)
		(9.388,60)	(13 113,87)
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		51.131,93	23 311,64
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		-	-
Juros e Gastos Similares Suportados		-	-
Resultados Antes de Impostos		51.131,93	23 311,64
Imposto sobre o Rendimento do Período	11	(4.915,92)	(5 796,12)
Resultado Líquido do Período		46.216,01	17 515,52

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de janeiro de 2019	2.000.000,00	99.403,66	15.966,59	(1.030.549,69)	(151.484,36)	933.336,20
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(151.484,36)	151.484,36	-
	-	-	-	(151.484,36)	151.484,36	-
Resultado líquido do período					17.515,52	17.515,52
Resultado integral	-	-	-		168.999,88	17.515,52
Posição a 31 de dezembro de 2019	<u>2.000.000,00</u>	<u>99.403,66</u>	<u>15.966,59</u>	<u>(1.182.034,05)</u>	<u>17.515,52</u>	<u>950.851,72</u>
Alterações no período						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	17.515,52	(17.515,52)	-
	<u>2.000.000,00</u>	<u>99.403,66</u>	<u>-</u>	<u>17.515,52</u>	<u>(17.515,52)</u>	<u>2.099.403,66</u>
Resultado líquido do período					46.216,01	46.216,01
Resultado integral	-	-	-	-	28.700,49	2.145.619,67
Posição a 31 de dezembro de 2020	<u>2.000.000,00</u>	<u>99.403,66</u>	<u>15.966,59</u>	<u>(1.164.518,53)</u>	<u>46.216,01</u>	<u>997.067,73</u>

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		851.769,72	664.075,76
Pagamentos a Fornecedores		(300.291,23)	(253.413,60)
Pagamentos ao Pessoal		(329.354,98)	(293.786,00)
Caixa gerada pelas operações		222.123,51	116.876,16
Pagamento/ Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		(1.897,91)	1.220,59
Outros Recebimentos/ Pagamentos		(273.418,06)	162.404,18
Fluxos de caixa Líquidos das Atividades Operacionais		(53.192,46)	280.500,93
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(6.234,64)	(8.317,43)
Ativos Intangíveis		-	(589,17)
Investimentos Financeiros		(130.237,12)	(50.089,97)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		58.068,48	311.996,29
Juros e Rendimentos Similares		682,96	0,14
Dividendos		-	154,24
Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades de Investimento		(77.720,32)	253.154,10
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Gastos e Similares		-	-
Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades de Financiamento		-	-
Variação de Caixa e seus Equivalentes		(130.912,78)	533.655,03
Efeitos das Diferenças de Câmbio		-	-
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		1.313.846,04	780.191,01
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		1.182.933,26	1.313.846,04
Detalhe de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa		1.000,00	1.000,00
Descobertos Bancários			
Depósitos Bancários		1.181.933,26	1.312.846,04
Outras Aplicações de Tesouraria			
	4	1.182.933,26	1.313.846,04

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

ANEXOS

1. Introdução

A empresa SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA é uma sociedade anónima, constituída em 29 de fevereiro de 1988 e tem a sua sede social na Av. da Liberdade, 190 6º B, em Lisboa. A Sociedade desenvolve a sua atividade como gestora de fundos de pensões, sendo a sua carteira em 31 de dezembro de 2020 constituída por nove Fundos Fechados, cinco Fundos Abertos e por oito fundos representados por Planos de Poupança Reforma (PPR).

Os valores dos ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 dos referidos fundos, são os seguintes (euros):

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundos fechados	34.898.615,21	36.395.044,15
Fundos abertos	17.073.543,12	14.767.094,12
Fundos representados por PPR	<u>35.791.158,25</u>	<u>28.436.540,62</u>
	<u>87.763.316,58</u>	<u>79.598.678,89</u>

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Sociedade opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião a 30 de abril de 2021. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, segundo o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2. Outros instrumentos financeiros

Por definição um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. Esta definição abarca um vasto conjunto de rubricas, mas neste ponto vamos exclusivamente considerar, no que respeita à Sociedade, as seguintes espécies: instrumentos financeiros detidos para negociação (ações e obrigações cotadas em mercado regulamentado), investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário cotados em mercado regulamentado e investimentos financeiros detidos até à maturidade.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição, não se colocando a necessidade da mensuração em momento subsequente à compra dado que, normalmente, permanecem na Sociedade durante um período muito curto, entre as datas de compra e de venda. No entanto, se esta classe de ativos existir em carteira à data de relato, os mesmos são mensurados ao justo valor, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição e, subsequentemente, mensurados ao justo valor em cada data de relato, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Nos termos do parágrafo 44 da estrutura conceptual do SNC, e tendo em consideração o balanceamento entre o benefício e o custo da informação, a empresa optou por amortizar no próprio exercício os bens de reduzido valor. Ou seja, os elementos do ativo sujeitos a deperecimento, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem €1.000,00, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo. As obras em instalações alheias vão ser depreciadas pelo período do contrato de arrendamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5
Programas de computador	3-5

No âmbito do ativo fixo tangível considera-se que os artigos de decoração e obras de arte não são suscetíveis de depreciação.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5
Programas de computador	3-5

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Considerando as características do ativo fixo tangível e intangível e o seu pequeno significado, não se justifica efetuar a análise com o objetivo de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, na medida em que eventuais ajustamentos revelar-se-iam materialmente irrelevantes.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis; porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Pelas diferenças temporárias derivadas da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na subsidiária, não se estão a constituir ativos ou passivos por impostos diferidos, por se verificarem as exceções previstas nos parágrafos 36 e 41 da NCRF 25 ao princípio do reconhecimento dos passivos e ativos por impostos diferidos atrás expresso.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato. A taxa de derrama não foi considerada para efeitos de cálculo dos impostos diferidos. No exercício económico de 2020, não se registaram diferenças temporárias tributáveis, pelo que não existiram situações geradoras de reconhecimento de impostos diferidos.

3.7. Clientes e outros créditos a receber

As contas acima não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verifiquem as seguintes condições cumulativas: a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, ser provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

A provisão que se encontra constituída em 31 de Dezembro de 2020, corresponde ao valor presente da obrigação resultante do facto de a sociedade garantir determinadas taxas de rentabilidade/valorização em certos produtos da gama PPR. A mensuração em cada ano é efetuada pelo valor descontado da diferença entre o montante do compromisso e o da valorização estimada dessas unidades de participação, tendo em conta uma taxa de juro conservadora, repartida pelo número médio de anos de vencimento da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos

não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. Relativamente a esta Sociedade, o rédito pode ser proveniente da prestação de serviços, de juros e de dividendos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que o respetivo montante possa ser mensurado com fiabilidade e ser provável que os benefícios económicos futuros a ele associados fluam para a Sociedade. Foram reconhecidos em resultados os seguintes tipos de prestações de serviços:

- Comissões de subscrição, comissões de gestão e comissões de reembolso, auferidas pelos serviços prestados aos fundos, na qualidade de Sociedade gestora;

- Remuneração pelo apoio na gestão de fundos de pensões, cujas sociedades gestoras são terceiros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja possível que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito da Sociedade receber o correspondente montante.

3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas em termos de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas mesmas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas

de forma prospetiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão, poderão diferir das correspondentes estimativas.

- a) **Provisões:** a quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar uma obrigação presente à data do balanço;
- b) **Justo valor dos investimentos financeiros:** o justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.
- c) **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores:** as perdas por imparidade relativas a saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela SGF quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

3.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Estão incluídos na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos”, os fluxos de caixa provenientes das compras e vendas dos ativos financeiros, relatados numa base líquida em resultado do facto de serem de rápida rotação.

Apresenta-se, seguidamente, o detalhe da rubrica em questão:

	2020	2019
Numerário		
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	1.181.933,26	1.312.846,04
Depósitos a prazo	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	1.182.933,26	1.313.846,04

5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Não se verificaram alterações de políticas contabilísticas relativamente ao ano anterior, não foram efetuadas alterações em estimativas contabilísticas relevantes e não se procederam a correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Considerando a atual distribuição do capital, existe um acionista desta Sociedade que, por si só, detém o controlo, ou seja, o poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais. O capital encontra-se distribuído por quatro acionistas, um dos quais detém 71,30% do mesmo.

6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização

A gestão da Sociedade pertence ao Conselho de Administração, o qual em 31 de dezembro de 2020, se compunha por sete membros. O administrador executivo, auferiu uma remuneração fixa mensal até outubro e os membros do conselho fiscal foram remunerados através de senhas de presença.

Os gastos com remunerações e outros benefícios de curto prazo do pessoal-chave de gestão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são os seguintes:

	2020	2019
Remunerações	51.449,71	4.950,00
Senhas de presença	400,00	2.750,00
	51.849,71	7.700,00

6.3. Transações entre partes relacionadas

Em 2020 não existem transações com partes relacionadas:

7. Ativo fixo tangível

Descrição	2020		
	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	107.150,93	49.519,17	156.670,10
Depreciações acumuladas iniciais	(86.647,82)	(42.891,67)	(129.539,49)
Aquisições	6.234,28	-	6.234,28
Depreciações do exercício	(9.002,31)	(189,92)	(9.192,23)
Saldo final líquido	17.735,08	6.437,58	24.172,66

Descrição	2019		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	98.833,50	49.519,17	148.352,67
Depreciações acumuladas iniciais	(79.029,20)	(37.527,33)	(116.556,53)
Aquisições	8.317,43	-	8.317,43
Depreciações do exercício	(7.618,62)	(5.364,34)	(12.982,96)
Saldo final líquido	20.503,11	6.627,50	27.130,61

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.3. As depreciações do exercício, no montante de €9.192,23 (€12.982,96 em 2019), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”. A aquisição de equipamento administrativo está relacionada com a compra de um servidor.

Não se verificaram abates no ativo tangível no ano de 2020.

Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

8. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2020	
	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	108.535,49	108.535,49
Depreciações acumuladas iniciais	(108.077,23)	(108.077,23)
Depreciações do exercício	(196,37)	(196,37)
Saldo final líquido	261,89	261,89

Descrição	2019	
	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	107.946,32	107.946,32
Depreciações acumuladas iniciais	(107.946,32)	(107.946,32)
Aquisições	589,17	589,17
Depreciações do exercício	(130,91)	(130,91)
Saldo final líquido	458,26	458,26

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.4. As amortizações do exercício, no montante de €196,37 (€130,91 em 2019), foram registradas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

Não existem ativos intangíveis com perdas de imparidade.

9. Ativos financeiros detidos para negociação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2020			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	144.768,50	-	144.768,50
Aquisições	130.237,12	-	130.237,12
Alienações	57.399,89	-	57.399,89
Outras variações	(112.342,50)	-	(112.342,50)
	220.063,01	-	220.063,01

Comparativamente ao ano 2019 as alienações em 2020 na carteira própria atingiram o valor de 57.399,89€. Os mercados contribuíram para que a variação do justo valor seja positiva.

Métodos de mensuração 31-12-2019			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	396.214,62	-	396.214,62
Aquisições	50.089,97	-	50.089,97
Alienações	(311.996,29)	-	(311.996,29)
Outras variações	10.460,20	-	10.460,20
	144.768,50	-	144.768,50

10. Outros ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido nas rubricas “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2020		
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	6.239,94	6.239,94
Outras variações	(5.047,67)	(5.047,67)
Outros ativos financeiros	5.542,07	5.542,07
	6.734,34	6.734,34

Métodos de mensuração 31-12-2019		
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	8.251,11	8.251,11
Outras variações	(6.543,78)	(6.453,78)

Outros ativos financeiros	4.531,94	4.531,94
	<u>6.239,27</u>	<u>6.329,27</u>

Os valores apresentados como “Outras variações” dizem respeito à mensuração do justo valor nos fundos de investimento imobiliário e obrigações.

A decomposição dos saldos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, entre ativo corrente e ativo não corrente é a seguinte:

Ativo corrente	2020	2019
Outros ativos financeiros	1.192,27	1.707,33
Total	<u>1.192,27</u>	<u>1.707,33</u>
Ativo não corrente	2020	2019
Outros ativos financeiros (a)	5.542,07	4.531,94
Total	<u>5.542,07</u>	<u>4.531,94</u>

(a) O valor do Ativo não corrente é constituído pela constituição do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

11. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais de exercícios anteriores estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor nas pequenas e médias empresas, que incide sobre a matéria coletável, é de 17% para os primeiros €25.000,00 de lucro tributável e de 21% para a matéria coletável remanescente. Sobre a matéria coletável incide ainda a derrama que tem vindo a ser fixada em 1,5%. Adicionalmente, há ainda a considerar a tributação autónoma sobre algumas classes de gastos.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, tem o seguinte detalhe:

	2020	2019
Resultado líquido antes de impostos	51.131,93	23.311,64
Variações patrimoniais Decreto-Lei 159/2009	-	-
Outras variações patrimoniais	-	-
Soma	51.131,93	23.311,64
Correções relativas aos exercícios anteriores	182,83	1.630,45
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporais	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-
Matéria Colectável	-	-
Tributações autónomas	51.314,76	24.942,09
Imposto corrente	1.346,79	3.424,29
Imposto diferido	4.915,92	5.796,12
Gasto com o imposto sobre o rendimento	-	-
	4.915,92	5.796,12

12. Clientes

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	2020	2019
Fundos de Pensões	144.815,36	119.233,07
	144.815,36	119.233,07

O saldo de clientes é constituído pelas comissões de gestão e administrativas cobradas aos fundos que a SGF gere e que serão recebidos em 2021.

13. Outros créditos a receber

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	2020	2019
	Ativo corrente	Ativo corrente
Mediadores	345,22	345,22
Comissão de gestão	29.051,50	24.853,87
Outros devedores	(i) 558,25	3.230,31
Outros créditos a receber	29.954,97	28.429,40

(i) à semelhança do ano de 2019, a rubrica de outros devedores contempla os adiantamentos ao pessoal

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos”, apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Diferimentos ativos		
Rendas de imóveis	1.736,90	2.647,55
Seguros	10.400,23	10.671,64
Outros gastos diferidos (i)	28.852,84	44.109,22
Gastos a reconhecer	40.989,97	57.428,41

(i) trata-se maioritariamente do valor das bonificações atribuídas a clientes

15. Capital subscrito

O capital subscrito é constituído por 400.000 ações nominativas, com o valor de €5,00 cada. Em janeiro de 2020 a Golden Actives- Soc.Gestora de Participações Sociais, SA adquire a posição de 14,48% da Groupama Assurances Mutuelles, passando de 56,81% para 71,30%. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social apresenta a seguinte distribuição:

	% de	2020 Número	Capital
	ações	de ações	Subscrito
Golden Actives - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	71,30%	285.194	1.425.970,00
Sindicato Nac. Quadros e Técnicos Bancários	17,29%	69.178	345.890,00
Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	10,08%	40.338	201.690,00
Growth Value-Soc.Gestora Particip.Sociais, SA	1,32%	5.290	26.450,00
Capital Social	100%	400.000	2.000.000,00

16. Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A reserva legal não está ainda totalmente constituída, estando o movimento dos anos de 2019 e 2020 espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

17. Outras reservas

Esta rubrica é constituída exclusivamente por reservas livres e o movimento dos anos de 2019 e 2020 encontram-se espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

18. Resultados transitados

Para além dos movimentos de aplicação dos resultados efetuados na sequência da deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas, não se verificaram quaisquer outras operações com reflexos na conta "Resultados transitados", durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020. Os movimentos efetuados nos exercícios se encontram espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

19. Provisões e Passivos Contingentes

a) A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 tem o seguinte detalhe:

		2020		
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes	48.112,16	65.954,44	62.294,82	51.771,78
Total	48.112,16	65.954,44	62.294,82	51.771,78
		2019		
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes	28.752,00	19.359,16	-	48.112,16
Total	28.752,00	19.359,16	-	48.112,16

Os movimentos registados nesta rubrica consubstanciam-se na constituição da provisão e reforço da garantia do Fundo de Pensões Poupança Garantida. A mesma é renovada por período adicional de 3 anos. Já no decurso do exercício de 2020, a sociedade transferiu para o Fundo de Pensões Poupança Garantida o montante de €27.317,92.

20. Fornecedores

A empresa líquida dentro dos prazos de pagamento estipulados as faturas aos seus fornecedores, onde se incluem os prestadores de serviços. Portanto, os saldos evidenciados no Balanço não assumem grande significado.

Não existem saldos relativos a “partes relacionadas”.

21. Estado e outros entes públicos

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	2020		2019	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	12.188,72	-	7.418,97	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	2.428,75	-	4.029,58
Contribuição Segurança Social	-	4.366,08	-	5.655,76
Imposto de selo	-	12.694,96	-	10.975,56
Total	12.188,72	19.489,79	7.418,97	20.660,90

22. Outras dívidas a pagar

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	2020	2019
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	36.297,23	39.064,98
Mediadores	40.521,86	37.831,72
Outras dívidas por acréscimo	33.383,95	10.899,18
Outras dívidas a pagar	(i) 472.649,47	578.752,20
Outras dívidas a pagar	582.852,51	666.548,08

(i) o montante de €433.064,07 resulta do recebimento de subscrições nas contas bancárias da SGF no final do exercício de 2020 e cujos montantes foram distribuídos para cada um dos fundos no início de 2021.

A rubrica “Remunerações a liquidar” regista a estimativa do valor correspondente à remuneração das férias, subsídio de férias, prémios atribuídos e respetivos encargos, a liquidar aos colaboradores da SGF no ano seguinte. A administração não auferir subsídio de férias nem subsídio de natal.

23. Rédito

O rédito reconhecido pela empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, é detalhado conforme se segue:

	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Comissões de subscrição	39.802,86	5%	26.355,54	3%
Comissões de gestão	825.546,94	95%	724.575,03	96%
Comissões de reembolso	3.533,71	0%	3.806,46	1%
Total das prestações de serviços	868.883,51	100%	754.737,03	100%
Juros obtidos	560,13	0%	0,14	0%
Dividendos	48,43	0%	1.454,24	0%
Total do rédito	869.492,07	100%	756.191,41	100%

Os juros obtidos e os dividendos estão incluídos na rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos”, conforme se especifica na nota 27.

24. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Trabalhos especializados	130.746,89	128.056,05
Publicidade e propaganda	13.579,20	6.064,20
Honorários	6.522,63	5.904,00
Comissões	82.387,10	33.996,58
Conservação e reparação	1.522,20	3.596,80
Outros trabalhos especializados	80.920,56	47.322,89
Materiais	3.371,63	7.138,47
Energia e fluidos	897,64	2.396,71
Deslocações e estadas	8.145,54	5.733,94
Rendas e alugueres	44.444,56	45.914,31

Comunicação	10.263,06	16.682,50
Seguros	12.722,57	13.328,09
Outros serviços diversos	<u>12.574,98</u>	<u>22.577,06</u>
	<u>408.098,56</u>	<u>338.711,60</u>

25. Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	51.849,71	7.700,00
Remunerações do pessoal	189.530,97	238.711,44
Complementos facultativos de reforma	5.386,75	5.751,28
Indemnizações	6.250,00	-
Encargos sobre remunerações	48.558,04	51.958,87
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2.166,61	2.391,01
Outros gastos	<u>577,81</u>	<u>2.601,49</u>
	<u>304.319,89</u>	<u>309.114,09</u>

26. Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é detalhada conforme segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Obrigações	(21,11)	25,20
Ações	1.666,35	-
Unidades de participação imobiliária	(515,06)	1.172,43
Unidades de participação mobiliária	<u>812,04</u>	<u>6.866,32</u>
	<u>1.942,22</u>	<u>8.063,95</u>

27. Outros Rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Ganhos em outros instrumentos financeiros	668,59	226,63
Juros obtidos (Nota 23)	560,13	0,14
Dividendos obtidos (Nota 23)	48,43	1.454,24
Correções relativas a períodos anteriores	818,00	476,44
Aluguer de equipamento	947,32	315,79
Outros não especificados	2.352,33	173,05
Excesso de estimativa de imposto	-	1.835,79
Total	5.394,80	4.482,08

28. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos e perdas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, é detalhada conforme segue:

	2020	2019
Impostos e taxas	-	37,50
Perdas em outros instrumentos financeiros	-	1.504,78
Bonificações de fidelidade	29.761,66	51.720,77
Quotizações	6.644,00	6.634,02
Correções relativas a períodos anteriores	182,83	1.630,45
Garantias atribuídas a clientes	27.317,92	134,43
Outros gastos	738,62	2.010,70
	64.645,03	63.672,65

29. Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente de mercado (taxa de juro, valor de mercado das ações e cambial), de crédito e liquidez:

- O risco de alteração do valor de mercado das ações decorre da exposição a esta classe de ativos. Este risco é mitigado através da diversificação dos investimentos e da exposição a diferentes segmentos;
- O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou taxa variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte;

- O risco cambial decorre essencialmente da exposição a índices acionistas denominados em moeda estrangeira e também da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, apesar de estes terem expressividade muito reduzida;
- O risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;
- O risco de liquidez é gerido de forma prudente através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

30. Informações exigidas por diplomas legais

A Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os encargos registados com a Revisão Legal de Contas da Sociedade cifram-se no montante de €6.150,00 no ano de 2020, incluindo o IVA à taxa de 23% que é assumido como custo.

Assistiu-se a um reforço da Margem de Solvência para uma taxa de cobertura de 124,60% (face aos 118,80% registados em 2019 e aos 91,67% em 2018) fruto da recuperação de €46.216,01 no capital próprio da sociedade, que representa agora cerca de 49,85% do capital subscrito. Não obstante esta situação, é convicção da Administração que os resultados dos próximos exercícios, por si só, permitirão a sua resolução, sem recurso à adoção de qualquer das medidas excecionais previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No entanto, salienta-se que em Assembleia Geral realizada em 12 de dezembro de 2018, os acionistas deliberaram um aumento de capital que pode ascender até €500.000, dos quais apenas foi subscrito e realizado o valor de €200.000.

31. Compromissos e contingências

Na presente data, não são conhecidos quaisquer compromissos ou contingências com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2020.

32. Eventos Subsequentes

Na presente data, não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 30 de abril de 2021

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Acionistas da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ,

De acordo com as disposições legais cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da SGF . – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (de ora em diante designada «SGF»), apresentar o seu Relatório, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da SGF reportados ao exercício de 2020.

No presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal refere os resultados da sua atividade de análise e verificação que efetuou aos documentos de prestação de contas da SGF.

Importa anotar que o exercício das funções dos atuais membros do Conselho Fiscal se iniciou após 7 de abril de 2021, no seguimento da concessão do registo devido pela entidade reguladora, ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Tendo presente esta data, o Conselho Fiscal procedeu ao início do acompanhamento da atividade da SGF.

Igualmente apreciamos a Certificação Legal das Contas apresentada pela Luís Miguel Damas & Associados – SROC, Lda, com a qual concordamos.

No que concerne o Relatório e Contas de 2020 verificámos que:

- a) o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da SGF, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da SGF evidenciando os aspetos mais significativos;
- d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Realçamos a evolução positiva da SGF no exercício de 2020, destacando o aumento do valor dos ativos sob gestão, o resultado líquido do exercício positivo e o aumento da margem de solvência. Constatamos que o seu Capital Próprio continua inferior a 50% do seu Capital Subscrito, e constatamos que a Administração renovou a sua convicção que os resultados dos próximos exercícios, por si só, permitirão a resolução desta situação, sem recurso à adoção de qualquer das medidas excecionais previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- 1) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- 2) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- 2) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 30 de Abril de 2021

O Conselho Fiscal



Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

(Presidente)



André Filipe Oliveira de Miranda

(Vogal)



Assinado por: Raul José Jesus
Rosa
Identificação: BI07707548
Data: 2021-04-30 às 17:11:07

Raul José de Jesus Rosa

(Vogal)



**SGF – Sociedade Gestora de
Fundos de Pensões, S.A.**
Certificação Legal das Contas

Dezembro 2020

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.662.114,18 euros e um total de capital próprio de 997.067,73 euros, incluindo um resultado líquido de 46.216,01 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa

opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de abril de 2021

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.
representada por:



João Veiga
ROC nº 1296 / CMVM nº 20160906